

O acaso e a realidade

Heitor O'Dwyer de Macedo

As situações de realidade atravessadas pelo analisando durante o tratamento podem ser consideradas como fenômenos e objetos transicionais. Isto obriga o analista a refletir sobre seu lugar na transferência.

Ao final de um processo de análise, em princípio, o sujeito se encontra mais disponível para o acaso. *Em princípio* é a expressão justa, pois, em seus princípios, a psicanálise faz da existência do acaso uma condição básica: princípio da *regra fundamental* e do *aqui e agora*. Condição básica, graças à qual a transferência analítica é um operador sem par para a elaboração psíquica; desembaraçada das preocupações psicológicas, ela permite a busca dos determinantes psíquicos, os mesmos que são responsáveis pelo tratamento dado pelo sujeito ao real do mundo segundo os acasos de seus encontros com o outro.

É evidente que os princípios da *livre associação* e do *aqui e agora* colocam a surpresa e o inesperado no coração do dispositivo. A emergência das palavras e dos pensamentos obedece ao determinismo psíquico; mas ela depende também do modo pelo qual é investida a presença do psicanalista neste momento do processo, bem como do modo pelo qual ele próprio investe sua presença e seu trabalho. Este texto tenta pensar a importância e a função deste elemento aleatório.

Deixo a outros a demonstração epistemológica de que o lugar eminente conferido ao acaso exige uma definição da racionalidade em psicanálise que não se reduza à tomada de consciência, nem se encontre somente com a aparição dos significantes. Lembremos Freud, no último parágrafo de “Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci”: “considerar o acaso como indigno de decidir nosso destino nada mais é que uma recaída na concepção religiosa do mundo.”¹ Ora, uma constatação se impõe: esta importância dada por Freud ao acaso no tratamento e na vida tem sido pouco presente nos trabalhos clínicos de nossos colegas, o que é indicativo também da raridade - senão ausência - de sua presença na teoria. É um vasto projeto, o de questionar uma penúria tão grande. Esperemos que o interesse desta abordagem compense a sua modesta ambição.

Heitor O'Dwyer Macedo é analista titular do Quarto Grupo em Paris, autor de *De l'amour à la pensée* (L'Harmattan), e organizador de *Le psychanalyste sous la terreur* (Rocinante).

Partirei de duas definições de Lacan, hoje em dia históricas. Sem exagerar sua importância, tomo-as como testemunhas do clima de que todos os analistas franceses, dos mais velhos aos mais jovens, são tributários, e isto quer o queiram ou não. Aceitar a dimensão do acaso torna difícil conceber o trabalho como uma “paranóia dirigida”², na medida em que o superego, o saber e a ânsia de controle não são as melhores ferramentas para que o inesperado e o surpreendente sejam acolhidos no psiquismo. Quanto a definir o psicanalista como “uma puta que se paga para não fazer amor” - sem picuinhas sobre a questão de saber se uma puta faz ou não amor - ao longo do tempo, a “puta” e o “pagamento” vão, bem obrigado, mas o amor passou de moda...

Note-se que estas duas proposições tentam formular o ponto de vista do analisando. (Não se pode dizer que ele, ou ela, não tenham sido avisados!). Quando se trata do ponto de vista do psicanalista, a provocação em Lacan cede ao método, e este concerne diretamente à interpretação. Lacan dirá que, na interpretação da transferência, o psicanalista deve ser cuidadoso com o registro ao qual se dirige: imaginário, simbólico ou - acrescento eu - o da realidade. O interessante a notar aqui é a ausência de qualquer hierarquização dos registros, graças ao que Lacan torna solidários o caráter transformador da interpretação e sua dimensão surpreendente. O analista intervirá onde menos o esperamos: enxertará imaginário quando o sujeito passeia em território simbólico, apontará o simbólico onde a realidade se quer soberana, ou - acrescento eu - convocará a realidade do outro onde o sujeito patina na onipotência das fantasias.

Esta ausência de hierarquização é interessante porque, durante o mesmo período, se encontra em Lacan - e sobretudo nos seus “alunos” - uma hierarquia, em tudo e

por tudo igual à das fases do desenvolvimento da libido em Abraham, que faz do simbólico o *must*, e do imaginário o pipi-cocô do discurso. A cada um o seu Lacan. A insistência (ainda atual) nesta hierarquização é surpreendente quando se conhece a fineza com a qual Lacan intrincou, num nó, o real, o simbólico e o imaginário.

Os postulados do processo analítico e os restos

Se se considera o amor como central no tratamento - toda análise é uma história de amor - e se, com Freud e Lacan, integramos o acaso como um dado permanente no trabalho psíquico do psicanalista, podemos formular dois postulados:

- o analista é pago para continuar a viver após ter sido devorado por amor;

- seu trabalho consiste em indicar, no momento apropriado, qual é a relação que o sujeito que lhe fala mantém com a verdade, a partir daquilo que está em jogo nas situações que atravessa, e que o atravessam.

Esta concepção é antinômica com a posição universitária ou cientificista em psicanálise, porque não privilegia nem um *corpus* de saber, nem a distância indiferente da qual se orgulham os experimentalistas. Mas um quadro de referência teórica é evidentemente fundamental. A teoria é, como reconhece Michel Neyraut em seu livro *Le Transfert*, parte integrante da contratransferência, ou seja, modificável. Teoria flutuante, segundo a feliz formulação de Piera Aulagnier.

Por outro lado, falar do “momento adequado” e da “relação com a verdade” exclui também a medicalização do processo. As noções da psicopatologia ou de normalidade não pertencem ao campo da psicanálise. No máximo, elas balizam, pela negativa, a extensão de seu território e de sua ética.

É claro que estes dois postulados - “o analista é pago para que continue a viver após ter sido devorado por amor”, e “o momento adequado de uma certa verdade” - podem ser mais bem formulados. Eles me interessam para explicitar aquilo que me preocupa e que constitui, do meu ponto de vista, o elemento crucial da questão sobre o acaso: os restos.

Estipular que o psicanalista exige de si explicitar, no momento certo, como está a relação com a verdade daquilo que atravessa o sujeito, é admitir que na maior parte do tempo isto falha, tem que falhar. Na melhor das hipóteses, na maior parte do tempo se fazem aproximações, um bom trabalho de abordagem.

Explicitar a relação
com a verdade
daquilo que atravessa
o sujeito é admitir que
“isto” falha.

O muito querido Victor Smirnoff, a quem devo tanto, dizia que se apresentássemos a uma assembléia de cem psicanalistas o sonho de um paciente, após tê-lo situado, com todo o rigor, no contexto da elaboração da transferência, teríamos cem interpretações diferentes.

Por que? Porque, quando um psicanalista fala a um colega sobre as dificuldades que encontra, este costuma pressupor que o momento

adequado para indicar uma certa relação à verdade coincida constantemente (ao menos de modo virtual) com o momento da interpretação. Ora, não é por burrice ou má fé que o colega pensa assim (mesmo que estas possibilidades não devam necessariamente ser descartadas). O fato se deve a que os psicanalistas se inclinam a privilegiar a idealidade do funcionamento do dispositivo, em detrimento da reflexão sobre aquilo que o dispositivo produz como *restos*.

Os *restos* produzidos pelo dispositivo, porém, são justamente o que vai permitir a teorização deste tratamento particular. Eu diria que isto é uma evidência retrospectiva para um psicanalista, após alguns anos de trabalho. É o tratamento dos restos, das falhas, das aproximações, que constitui o essencial - e o mais apaixonante - do trabalho clínico e teórico de um psicanalista. E é este tratamento dos restos do funcionamento do dispositivo que apoiará o analisando no trabalho de elaboração, o qual poderá eventualmente dar a ele, durante e ao final do processo, acesso a esta verdade enunciada por Romain Rolland, aqui citado como aparece no verbete "acaso" do *Robert*: "O acaso sabe sempre encontrar os que dele sabem se servir."³

Os restos e o espaço transicional

É o tratamento destes restos que tece o transicional, constituindo o espaço psicanalítico como espaço transicional e a transferência como ferramenta transicional. Ou seja, como lugar entre a realidade interna e a realidade externa, cuja existência permite cativar o real como um dado não persecutório, a saber: como *puro acaso*.

Penso que a elaboração winnicottiana sobre o espaço transicional pode nos servir para tratar

metapsicologicamente a dimensão do acaso no trabalho analítico. Com efeito, se o *squiggle*, como técnica, é "simplesmente um meio de entrar em contato com a criança"⁴, clinicamente é uma invenção genial, que faz do traço ocasional, do rabisco pela criança sobre uma folha de papel, simultaneamente uma via de acesso aos processos de integração psique-soma e um operador capaz de transformar, pela interpretação, a experiência em realidade psíquica, em representação da experiência. O espaço da brincadeira, o brincar, é o lugar onde se opera, no trabalho com as crianças, esta transformação. Pergunto: o que significa, então, o brincar com os adultos?

construir um espaço de brincadeira nestes casos.

Esta constatação nada tem de ingênua. Ela permite lembrar esta complexidade banal do nosso cotidiano, que quer que uma técnica, sempre necessária, encontre sua justificação somente após o uso clínico que dela se faz - de onde a dificuldade de falar de técnica como uma ferramenta acabada, bem definida (a noção ferenciana de *tato* caberia aqui). No entanto, não deixamos de lastimar que Winnicott tenha escrito tão pouco sobre sua clínica da construção de um espaço transicional com os adultos. Isto é tanto mais lamentável quanto hoje, na França, todo mundo está de acordo em que todo mundo seja winnicottia-

É o tratamento dos restos que
vai tecer o transicional, constituindo o espaço
transicional e a transferência
como ferramentas que
permitem cativar o real como puro acaso.

Não se encontra, na obra de Winnicott, uma teoria articulada sobre a constituição do espaço transicional na análise de adultos. Temos seus testemunhos clínicos, bem como os de seus pacientes, fatos anedóticos, afirmações lapidárias - "se o analista não sabe brincar, isto significa que ele não é feito para este trabalho"⁵, mas nada que se pareça com um grupo de proposições organizadas em torno de uma "técnica" para

no - com a condição de não brincar, de não ter prazer neste trabalho, e de recusar o acaso como quem foge da peste.

Uma metapsicologia rigorosa, entretanto, funda e esclarece as anedotas, os testemunhos dos pacientes e os momentos clínicos mencionados ao longo da obra de Winnicott, e é a partir desta metapsicologia que proponho aqui uma teoria do manuseio do acaso na cura com os adultos.

Metapsicologia do acaso

Defino o manuseio do acaso como uma maneira de cativar o real enquanto dado não persecutório. Com efeito, não é lógico definir o real como sendo sempre perseguidor. A “qualidade” do encontro com o real depende sempre - *sempre* - da realidade psíquica em um dado momento. Esta é um recorte do real, burilada por ferramentas como o grau de angústia; as fantasias, e o outro como “barqueiro” deste mesmo real.

esta idéia é falsa. Com efeito, os restos do real da experiência, com suas qualidades carinhosa ou persecutória, estão permanentemente relançando o trabalho de representação do psiquismo.

Conceber as coisas de outra forma é reinstalar a oposição fantasia/realidade, mas de modo tal que a realidade (aqui exterior) acaba identificada apenas ao trauma, ou, no melhor dos casos, é tratada de fato como “neutra.” E se esta oposição pode ainda funcionar como operador precioso

onde o outro se torna perigoso porque é definido somente como depositário das projeções sádicas, homicidas e idealizadoras do sujeito. E como epílogo lógico da tragédia temos que, uma vez efetuados todos os retornos ao remetente, o outro - cuja existência se amparava apenas nestas projeções - cessa de existir, ou se torna impossível de ser encontrado: razão suficiente para afogar Narciso na lágrima caída no côncavo de seu umbigo. E depois, qual é a continuação? Momento de dessubjetivação do sujeito ou submissão aos critérios ideológicos de normalidade? Xeque-mate: entre estas duas possibilidades, não existe diferença alguma.

Como o ofício de psicanalista é uma questão muito íntima, a articulação teórica que proponho a seguir é uma construção a posteriori; ela condensa várias direções de uma pesquisa que levou anos para encontrar sua formulação, e que integra a minha maneira de praticar a psicanálise.

As “situações de realidade”

A concepção winnicottiana do ego é de uma riqueza inesgotável. Anterior ao id e ao sujeito, não especular, o ego se aloja no meio ambiente que acolhe o *infans*, meio ambiente que, nos primórdios da vida, é indissociável da pessoa que cuida dele de maneira privilegiada, o porta-voz, ou seja, geralmente, a mãe.⁶

O conceito de mãe-meio-ambiente remete, sem dúvida, ao que se chamou o Grande Outro, mas também ao pequeno outro; indica sobretudo um lugar, este lugar no outro onde se confundem inicialmente o espaço do bebê e o espaço materno. A adaptação quase perfeita da mãe às necessidades psíquicas de seu bebê - primeira função egóica - permitirá a ele, que a princípio se constitui

Insistir na re-apresentação dos restos ao psiquismo é uma tentativa de ressolidarizar dois aspectos que a teoria dissocia: o conjunto real da experiência e o conjunto do funcionamento psíquico.

A concepção de um real sempre perseguidor retoma a oposição realidade interna /realidade externa nos termos, hoje históricos, da reflexão freudiana sobre a causalidade da neurose, na qual a fantasia seria oposta ao trauma da sedução. A concepção lacanian de um real sempre perseguidor é, portanto, uma regressão, se comparada ao trabalho teórico realizado por Freud e por Ferenczi, trabalho que retomo, agora, depois de Winnicott.

A concepção lacianiana é o corolário de uma outra, que supõe todos os aspectos não-persecutórios, carinhosos, do meio ambiente do *infans* como por natureza limitados à dimensão da representação. Toda a obra de Winnicott - assim como a de Piera Aulagnier - demonstra que

em certas organizações clínicas do campo transicional, seu uso rígido por um psicanalista torna-se uma arma teórica para empobrecer, ou até para aniquilar, a experiência real do sujeito.

Insistir, como estou fazendo aqui, na re-apresentação insistente destes restos ao psiquismo é, portanto, uma tentativa de ressolidarizar teoricamente, dialetizando-os, dois aspectos que a teoria geralmente dissocia: o conjunto do real da experiência e o conjunto do funcionamento do aparelho psíquico.

No final das contas, opor fantasia e realidade serve, frequentemente, apenas para “diabolizar” o real do outro. Esta diabolização é por vezes travestida numa concepção trágica do processo analítico,

num lugar psíquico dela, apropriar-se deste lugar como uma origem. É esta apropriação que engendra o sujeito: a primeira identificação é a identificação a um lugar na realidade psíquica do outro.

Quando à adaptação quase perfeita vier se substituir uma clara separação entre o espaço do bebê e o espaço materno, separação que é consequência de um gradual distanciamento (função egóica) da mãe-meio-ambiente, os acontecimentos poderão, sem exceção, ser tratados do ponto de vista da onipotência da fantasia.

gar onde mais tarde virão a se localizar a brincadeira, o pensamento e a criação. Nos primórdios tais como a teoria os concebe, ou seja, antes da separação, o espaço transicional abrigará também todas as técnicas maternas, ou seja, as maneiras dela de trocar as fraldas, segurar, embalar, carregar, ninar e alimentar seu bebê.

Se os cuidados maternos fazem parte, durante o tempo que for necessário, do espaço transicional, é porque a mãe e as maneiras dela são, ao mesmo tempo, uma *existência e uma realidade*

transformarão, através desta retomada, numa parte integrante do ego, aquela que desempenha a função de pára-excitações.

Transpostas para o campo da clínica, estas reflexões impedem que consideremos o analisando como uma “máquina de fantasias”, fazendo com que não se esqueça esta evidência: se ele está em análise, é porque algo emperra no trânsito entre a realidade interna e a realidade externa (esta última definida como o recorte que faz o sujeito quando de seu encontro com o real do mundo). E como algo bloqueia a passagem, o analisando não pode reconhecer que naquilo que chama “realidade externa” há, também, a sua interpretação: esta é um agente determinante no seu modo de viver a realidade como persecutória ou idealizada.

○ analisando não é uma “máquina de fantasias”:
se está em análise, é porque
algo emperra no trânsito
entre realidade interna e externa.

O analista como objeto subjetivo do analisando

Mas como o psicanalista sabe que a realidade tem suas leis e suas exigências, e o outro do analisando uma existência bem real e objetiva, ele não lhe proporá, para acabar com a perseguição e/ou a idealização, que considere a realidade como um simples produto de sua interpretação, como tributária de suas fantasias. Isto seria propor um sintoma no lugar de um outro; é verdade que este método pode se constituir numa fonte de renda!

O trabalho consistirá, então, em considerar também o que está em jogo na realidade proposta, segundo os termos que definem esta situação no meio ambiente social, político e existencial do analisando. Isto equivale a fazer o inventário daquilo que, para o analisando, constitui a “situação de realidade” objetiva ... de um exame, de um divórcio, de um casamento, de um problema no trabalho, da redação de uma tese,

O tratamento fantasioso do meio ambiente - que já se transformou então em realidade externa - não implica em que sua existência como meio ambiente real desapareça. Prova disto é que, se o espaço exterior e real vier invadir repetitivamente o espaço do bebê, o espaço de separação pode ser destruído. Sabemos que, às vezes, a repetição da invasão pode chegar a destruir a capacidade do bebê de reconhecer o seu espaço interno - o que compromete seriamente, de seu ponto de vista, a existência virtual de um lugar no outro.

O espaço de separação se origina neste lugar de transação entre a mãe e seu bebê e o prolonga; lu-

objetivas e exteriores ao espaço do bebê, e objetos subjetivos para o sujeito. Um “objeto subjetivo” não é uma fantasia: pressupõe a existência real de um objeto externo. Um objeto subjetivo se situa entre a realidade externa e a realidade interna; faz parte da pele psíquica do sujeito, matéria e envoltório dos seus sonhos.⁷

As técnicas maternas são continuamente imaginarizadas, e estas “imaginarizações” virão alimentar, mais tarde, o mundo da fantasia. Mas elas serão também retomadas tal e qual pelo sujeito para proteger sua íntima-intimidade (seu *self*), e para suprir a gradual diminuição do amparo que provém do meio ambiente: tais técnicas se

etc. Interessar-se por esta “situação de realidade” como tal, precisar com o analisando a qualidade de tensão que é determinada por ela, permite evidentemente distinguir e tratar melhor a angústia, o sintoma e o seu benefício. Permite também ao sujeito ouvir em suas associações, sem que isto seja uma abstração ou uma asserção filosófica, o modo pelo qual faz o “exame de realidade” com os dentes, ou com os lábios, ou com o ânus, ou com o pênis, ou com a vagina.

Considerar uma “situação de realidade” a partir dos termos propostos pelo analisando é submeter o conjunto - o sujeito e a situação - a um tratamento psíquico, isto é, abrir a possibilidade de pensar tudo sobre tudo: sobre o sujeito, sobre os elementos da situação, sobre os outros implicados, sobre o lugar da fantasia na interpretação, sobre a existência real daquilo que está em jogo.

Tratar psiquicamente a “situação de realidade” é tornar pensáveis, portanto capazes de ser investidos libidinalmente, todos os espaços que a constituem. Permitindo isto, o psicanalista constitui o espaço analítico como um lugar onde estes outros espaços podem circular, transitar. Mas a aceitação da “situação de realidade” como um espaço autônomo, “exterior” à análise, a ser tratado psiquicamente, constitui por sua vez o psicanalista na transferência - não apenas, mas também - como objeto subjetivo para o analisando.

Estou empregando aqui a categoria de “objeto subjetivo” no sentido de uma função egóica que está por vir, função herdeira da mãe-meio-ambiente. Como objeto subjetivo do analisando, o psicanalista não é reconhecido como separado e distinto; ele pertence ao mundo interno do sujeito. Ao mesmo tempo, para que ele possa sustentar este lugar, é preciso que o psicanalista seja investido como separado e distinto pelo analisando.

Por outro lado, do ponto de vista da dinâmica do processo analítico que estou descrevendo, o psicanalista é também, um objeto subjetivo. Isto se torna evidente se considerarmos o lugar do qual ele aceita a “situação de realidade” no tratamento. Este lugar se situa exatamente na fronteira entre o interior do processo de elaboração propriamente psicanalítico e aquilo que geralmente é considerado como exterior a este processo.

paço distinto e contíguo à realidade psíquica diminui as angústias persecutórias projetadas na realidade, e abre o campo do acaso ao sujeito: novos encontros, iniciativas inesperadas, criativas, que se amparam no aparecimento inesperado de uma percepção, de um pensamento, de uma circunstância, de um sentimento ou de uma lembrança. Às vezes o acaso se prolonga no espaço da própria análise: o calor do verão trará uma mulher bonita, com seios triunfan-

Pensar uma “situação de realidade”
como espaço distinto e contíguo
à realidade psíquica diminui as angústias
persecutórias projetadas na realidade.

Estas considerações me conduzem a um último esclarecimento. Nem o psicanalista como objeto subjetivo do analisando, nem o espaço do processo analítico situado entre a realidade interna e a realidade externa, possuem como horizonte a reparação do passado. Ao contrário, o objeto subjetivo e o espaço transicional engendram o presente, são a criação do presente, tanto como categoria temporal quanto como respostas ao apelo do outro e do mundo.

Portanto, segundo o aspecto considerado, o destino deste tratamento psíquico da “situação de realidade” pode se apresentar em múltiplas figuras. Pensar uma “situação de realidade” como um es-

tes e pernas maravilhosas, até então escondidos debaixo de vestidos de cores tristes. Uma outra encontrará um perfume tão harmonioso que se poderá notar como é agradável à sua pele; este homem severo virá à sua sessão de bermudas, permitindo à criança de calças curtas, finalmente, assu- mir um lugar na partida que ele joga e que se chama sua vida.

Considerar uma “situação de realidade” a partir dos termos propostos pelo analisando tem consequências. O analista será solicitado a refletir sobre outras situações de realidade, importantes e cruciais para o sujeito: uma mudança de escola para o filho, o modo pelo qual um advogado aborda um processo,

a escolha de um editor, a decisão sobre uma cirurgia, etc. Não se trata aqui, evidentemente, da expectativa de conselhos, nem, repito, da negação da atividade da fantasia. O que é pedido ao analista - e por que se privar disto, se ele aceita fazê-lo? - é que se fale de uma questão objetiva como de uma questão objetiva.

sença na vida do paciente. Esta presença é a sala de espera, a promessa de um reconhecimento das representações não ainda disponíveis ou não ainda existentes, e no entanto indispensáveis para acolher e tratar certos modos de encontro com o real. É preciso pensar esta presença, e o acaso dela. Esperando que isto seja possível, a relação analí-

Os restos produzidos pelo lugar de objeto subjetivo que o analista ocupa na transferência são constituídos por tudo aquilo que não pode ser interpretado como repetição.

Estas questões - incluem nelas o vestido, o perfume e as bermudas, que são "realidades" objetivas - convocam sempre a temporalidade. O seu estatuto - assim como o das sessões, ou partes das sessões, onde elas são desenvolvidas e tratadas - se situa na zona entre o interior e o exterior do processo propriamente psicanalítico. São, portanto, objetos ou fenômenos transicionais, e, como tais podem criar uma área de brincadeira, ou utilizar uma zona transicional já existente. Como toda área transicional, este lugar é um lugar de repouso, de humor, de amizade.

O lugar do analista como objeto subjetivo faz parte também do espaço transicional. Isto é um complicador fecundo. O espaço da análise pode se tornar o espaço psíquico do analista, ou seja, a sua pre-

ca produz um trabalho de elaboração, e também restos - que não são da mesma ordem daqueles que vêm das "falhas."

Estes restos concernem ao que é particular ao encontro entre os dois protagonistas, *este* psicanalista e *este* sujeito. Rigorosamente falando, tais restos não são produzidos pelo processo analítico, mas sem eles este não teria podido existir. O que dá uma idéia da confiança que o analisando deve ter no psicanalista, a fim de transformar em realidade psíquica aquilo que será obrigado a experienciar em outros espaços para continuar a viver: o acaso, e o outro como realidade exterior. E mesmo se a tradução integral da experiência unicamente em realidade psíquica não é desejável nem possível, isto não diminui em nada a coragem que exige tal trabalho.

Os restos produzidos pelo lugar de objeto subjetivo, ocupado pelo analista na transferência, são constituídos por tudo aquilo que não pode ser interpretado como repetição da relação a antigos objetos libidinais. E é por isto que esta relação ocupa na história do sujeito um lugar e uma importância até então inéditos.

Ajudar o sujeito a reconhecer o caráter inédito desta relação, ou seja, seu lugar entre realidade interna e realidade externa, é também ajudá-lo a metaforizar a relação analítica como uma nova relação com ele mesmo. Isto supõe, como disse, que ele a aceite como fazendo parte de seu mundo interno; que ele ultrapasse seu medo e devore o psicanalista.

Uma pergunta se apresenta: qual é o operador psíquico capaz de permitir a separação, o fim do tratamento? Esta questão terá de ser tratada num próximo trabalho. ■

NOTAS

1. S. Freud, "Un souvenir d'enfance de Leonard de Vinci", Paris, Gallimard, 1987, p. 178.
2. J. Lacan, "L'agressivité en Psychanalyse", in *Ecrits*, Paris, Editions du Seuil, 1966, p. 109.
3. O Robert é o equivalente francês do Aurélio.
4. D. D. Winnicott, *La consultation thérapeutique et l'enfant*. Paris, Gallimard, 1971, p. 5.
5. D. W. Winnicott, "Objets transitionnels et phénomènes transitionnels", in *De la Pédiatrie à la Psychanalyse*, Paris, Payot, 1969, p. 76.
6. Para uma compreensão mais ampla da metapsicologia de Winnicott, ver Heitor O'Dwyer Macedo, *De l'amour à la pensée*, Paris, L'Harmattan, 1994. O conceito de porta-voz foi forjado por Piera Aulagnier.
7. "Um recém-nascido - isto não existe! Sem cuidados maternos, não há recém-nascido." (Winnicott).